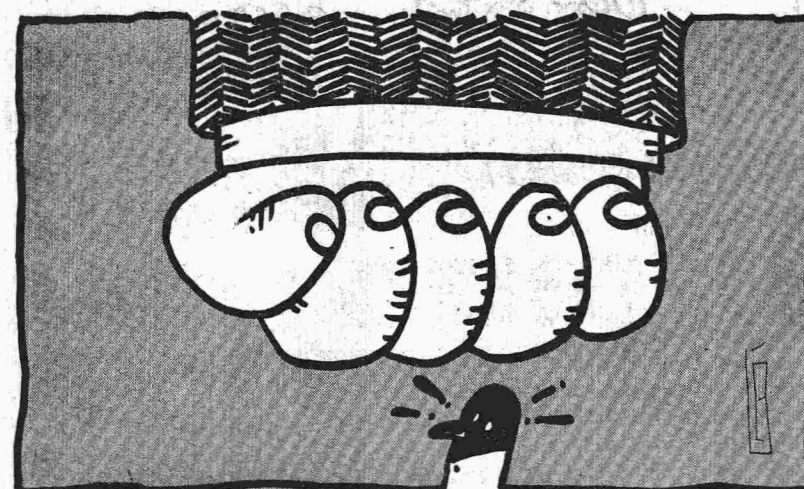


Governo prepara medidas duras em outubro

O Governo deverá anunciar em outubro cortes duríssimos nas despesas públicas, que, ligadas ao programa de privatização, permitirão à equipe econômica começar uma discussão aberta sobre o programa de desindexação da economia, a "paulada" na inflação. O ministro Fernando Henrique Cardoso aposta na estabilização ou queda da inflação a partir de outubro, o que facilitaria a adoção das medidas de desindexação da economia. Em outubro o Governo espera ter mais claro o processo de revisão constitucional e a discussão do Orçamento para 1994, dois pontos importantes na definição do plano de desindexação.

Embora não haja ainda consenso sobre a melhor alternativa para estancar os reajustes automáticos de preços, a proposta que mais tem ocupado as reuniões da equipe é a da dupla moeda, sugerida pelo atual negociador da dívida externa, André Lara Resende. Seria criada uma nova moeda, vinculada a um padrão monetário estável — provavelmente o dólar — que poderia servir como referência para indexar contratos e, progressivamente, seria adotada como moeda estável no País, sem estar indexada a qualquer índice — como o dólar hoje. A unificação das taxas do mercado flutuante e comercial facilita a vinculação da nova moeda a esse padrão



estável, que deverá ser o dólar.

As condições para a queda, ainda que tímida, da inflação a partir do mês que vem estão sendo criadas gradativamente pela equipe econômica. Em outubro, o Governo mudará os critérios para o reajuste das tarifas públicas, acabando com o sistema de repasse automático da inflação. No caso da energia elétrica, o acordo firmado ainda durante a gestão do ex-ministro Eliseu Resende garante às concessionárias aumentos reais de oito por cento ao mês, com pressões consideráveis sobre os índices de inflação. A partir de outubro, o Governo exigirá das empresas estatais planilhas de custos antes de autorizar aumentos de tarifas.

Tarifas — O objetivo da mudança na política de tarifas é criar condições para a concessão de aumentos de tarifas abaixo da inflação, mas sem comprometer a saúde financeira das estatais, uma espécie de redutor que levará em conta a realidade de cada empresa. Os efeitos da nova política de tarifas públicas poderiam ser reforçados com a negociação de um redutor de preços com os principais setores da economia, em especial os oligopólios, como vem sendo defendido pelos ministros José Eduardo de Andrade Vieira e Walter Barelli.

Para a queda da inflação, o Governo conta ainda com o final da entressafra.

FGV cobra de Cardoso plano bem definido

O anúncio de um programa de medidas econômicas bem definido e articulado é fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa séria de combate à inflação e recuperação do crescimento sustentado. A conclusão e da carta de conjuntura do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgada ontem, afirmando que "as pessoas têm de ser convencidas de que o regime de política econômica mudou e um choque não será capaz de convencê-las disso".

De acordo com a análise dos economistas da FGV, a sociedade apoiou o plano FHC porque acreditava nas medidas anunciadas pelo ministro para o combate à inflação, embora muito genéricas, sem especificar sua aplicação. O efeito deste anúncio, contudo, foi positivo na avaliação da FGV, com aumento da arrecadação fiscal, retomada do nível da atividade industrial e

manutenção do superávit da balança comercial. O problema é que a recuperação da atividade foi seguida de inflação ascendente e aumento da dívida pública.

Com isso, ficou prejudicado o cronograma das medidas de estabilização propostas pela Fazenda. "De fato, segundo se depreende dos pronunciamentos oficiais, medidas mais drásticas de combate à inflação só poderiam ser acionadas após o ajuste estrutural das contas públicas; como este depende de várias medidas, desde revisão de dispositivos constitucionais, até ampliação do programa de privatização, este teria de se estender até 1994".

Com isso, afirma a FGV a sociedade colocou em xeque o gradualismo das medidas e clama por soluções de efeito mais rápido. É dentro desta avaliação que os economistas sugerem o anúncio de programa de política econômica detalhado, que possa estimular o investimento dentro de perspectivas de médio para longo prazo. A carta de conjuntura da FGV critica ainda a Constituição, que reduziu as receitas da União em benefício de estados e municípios sem transferir encargos.

Banqueiros descartam choque econômico

São Paulo — Os banqueiros não querem choque, surpresa ou sustos no programa de combate à inflação, como promete constantemente o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Para Lázaro de Mello Brandão, presidente do Conselho de Administração do Bradesco, por exemplo, o Governo não elevou a taxa de juros nesta semana com o objetivo de preparar terreno para um novo choque econômico. "O Banco Central apenas trabalhou para fortalecer o Governo politicamente para as negociações da revisão constitucional, que começam em outubro", afirmou. "O juro é hoje um ponto de apoio importante".

Segundo Brandão, não existe a possibilidade de choque econô-

mico, pois seu sucesso depende do êxito da política fiscal do Governo, o que só será conseguido depois da revisão constitucional. Após o cumprimento dessa etapa, aí o Governo poderá lançar mão de outras medidas no sentido de enfrentamento da inflação. Para ele, a desindexação, por exemplo, terá como efeito a busca de um indexador próprio para cada setor de atividade. "É sempre bom lembrar que o mercado tem suas defesas", disse.

O Bradesco está trabalhando normalmente, sem levar em conta mudanças bruscas na economia. "Tentamos manter as rotinas, principalmente porque não tem como se antecipar contra o imprevisível", afirmou Brandão, que recebeu ontem o prêmio de

melhor administrador do ano pelo Conselho Regional de Administração.

Dívida — Os bancos, enquanto isso, vão continuar participando do processo de alongamento da dívida interna. O banqueiro Pedro Conde, presidente do BCN, afirmou que as instituições, cada qual dentro de suas possibilidades, vão continuar comprando NTNS de prazos mais longos com seu capital de giro.

"Não compramos NTNS com dinheiro captado do público, mas com nosso capital circulante", garantiu Conde. "Ou seja, é um ato de contribuição mesmo. Comprar com recurso captado do público, o que é feito em operações de curto prazo, seria temerário pelo descasamento de prazos".